



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 17 - Nº 319 - DE 23 DE MAIO a 05 DE JUNHO DE 2006 - R\$ 1,50

**Ataques entre PMs e o chamado “crime organizado” são sintomas da decomposição do capitalismo e recaem sobre a maioria oprimida**



**Balanço dos Congressos Estaduais da CUT e do CONAT:  
É preciso destruir a burocracia pró-patronal e governnista.  
A cisão das organizações de massa fortalece o peleguismo.**

- **A meia nacionalização de Evo Morales**
- **O conflito interburguês e a posição proletária**
- **A posição do POR**



## Sintomas de putrefação do capitalismo

A “guerra” entre o PCC e a polícia do estado de São Paulo trouxe à superfície o que ocorre diariamente nos subterrâneos dos principais centros urbanos do país. A população pôde assistir e se envolver como um todo no conflito que quase sempre lhe parecia distante.

A operação do PCC de sublevar as penitenciárias de uma só vez, matar policiais, incendiar ônibus e atacar alvos econômicos colocou à vista coletiva as profundas rupturas do tecido social. A resposta policial com matanças por todos os lados, por sua vez, mostrou como o Estado expressa a desintegração social e como atua para contê-la.

Balanço de uma semana de horror: total de mortos 166; 9 mortos nos presídios; 112 exterminados pela polícia, ligados ou não ao PCC; 45 policiais assassinados pelo PCC (até 20/05).

A população, tomada de surpresa e estupefata com a dimensão dos fatos, foi arrastada para o medo, assimilou passivamente os noticiários, seguiu as medidas de evacuação de escolas, dependências de trabalho etc e atendeu às ordens das autoridades, que rapidamente militarizaram as ruas de São Paulo.

A “guerra” entre o narcotráfico e a polícia foi transformada em guerra contra a população pelos meios de comunicação e pela propaganda do governo. O PCC atacava a todos e o aparato policial-governamental defendia a sociedade. Essa foi a imagem criada pelos repórteres que cobriam os acontecimentos como se fossem um filme de bandidos e mocinhos. O terror foi disseminado por uma atmosfera superdimensionada pelo Estado (a grande imprensa é uma esfera do Estado, disfarçada de independente) e o medo se manifestou como incompreensão do fenômeno social, político e militar.

O cenário pintado em fortes cores arrebata as massas a apoiar o Estado contra uma força poderosa da criminalidade capaz de desafiá-lo e descarregar sua violência sobre a população desprotegida. O



*Rebeliões expressam a decomposição do capitalismo*

medo cega a mente de uma pessoa, e ainda mais a psicologia coletiva.

Como é que em um dia pacífico explode uma “guerra” como se fosse por encanto? O que os olhos horrorizados não vêem é que se trata de uma erupção em um vulcão atívisimo. O narcotráfico se assenta na miséria das massas, alimenta-se da decomposição social de camadas inteiras da sociedade consumidora e fortalece-se enriquecendo uma fração da burguesia narcotraficante, composta de uma rede que vai dos produtores aos lavadores de bilhões. Há uma fábula de capital desviada para essa valiosa mercadoria, que por sua vez movimenta parte da economia capitalista e penetra em todas as esferas do Estado.

A “rebelião” do PCC é filha legítima do descontentamento da burguesia narcotraficante com os rumos de seus negócios, que também devem ser protegidos de forma especial pelo Estado. As drogas são uma mercadoria como outras no tocante ao valor de troca e à acumulação e reprodução de capital.

Como se vê, a guerra do crime e da lei é uma particular manifestação da decomposição do capitalismo, cujo indica-

dor mais contundente é a miséria da maioria e a impossibilidade de garantir o emprego como fonte de existência de milhões.

O revide do Estado matando o triplo (112), sem que se tenha inclusive prova de pertencerem ao PCC, concentra a força da barbárie. A comoção coletiva, o terror implantado e medo dão cobertura social à obra de matança generalizada por parte da polícia.

Terminada a semana de assassinatos de policiais e de chacinas desfechadas pelo Estado, certamente por meio de um acordo do governo de São Paulo com a cúpula do PCC, tudo parece voltar à normalidade. No entanto, a caça policial mortífera se mantém contra os jovens oprimidos, arrastados para o crime ou suspeitos. A máquina diária do capitalismo continua a triturar vidas por meio da miséria e da fome.

Não há outra saída para a barbárie senão transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Essa tarefa histórica resultará da revolução proletária. O ponto de partida está na defesa da vida das massas contra a exploração do trabalho.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## Balanço dos Congressos da CUT e da Conlutas

No início de maio, ocorreu o Congresso da Conlutas (Conat) e, em junho, os congressos estaduais da CUT (Cecut). Configurou-se mais uma divisão no movimento sindical. Desta vez, a cisão foi promovida pelas esquerdas que reivindicam o marxismo – o PSTU, que controla uma pequena porção de sindicatos, arrastou por trás de si uma série de agrupamentos, de sindicalistas antipartidários a seitas ultraesquerdistas.

A principal divisão anterior, ligada à fundação da CUT, foi a da CGT\Força Sindical. Tratou-se, no momento, de um racha da direita sindical com a burocracia reformista ligada ao PT. Essa cisão por si só é grave: inúmeros sindicatos operários ficaram sob o comando da Força Sindical. Depois de um período de disputa pelo controle do maior número possível de sindicatos entre CUT e Força, chegou-se a um acordo tácito de cessar a rivalidade, circunscrevendo a concorrência a situações particulares e pontualizadas.

A decisão do Congresso da Conlutas de constituir um organismo chamado de “mais do que uma Central” efetiva uma nova divisão pela esquerda. Sem dúvida, tal decisão aumenta as dificuldades frente à tarefa de combater a divisão da burocracia cutista, forcionista e cegetista e de defender a unidade organizativa sindical da classe operária.

Neste Massas publicamos um relato dos Congressos em que o POR esteve presente e atuou com claras posições contrárias à burocracia estatizante da CUT e contrárias à divisão encabeçada pelo PSTU. No entanto, é importante expor alguns pontos essenciais dos Congressos.

### **CECUT de São Paulo – uma caixa eleitoral do PT Luta pela independência da CUT**

Evidenciou o que ocorrerá no Congresso nacional da CUT: aprovação do apoio eleitoral à candidatura de Lula.

A burocracia cutista procurou esconder por algum tempo a orientação partidária da Central pelo PT. Em Congressos passados, as esquerdas (PSTU\PCO\Trabalho) chegaram a

propor moções de apoio da CUT a Lula, com o argumento de que se tratava de uma candidatura operária. A corrente Articulação rejeitava que a CUT se pronunciasse nesse sentido com o argumento da autonomia da Central e do suprapartidarismo. Mascarava assim o controle petista da Central e seu aparelhamento eleitoral.

Aquilo que as esquerdas citadas pretendiam, quando consideravam a candidatura de Lula uma referência para a classe operária, hoje é praticada descaradamente. A CUT foi colocada inteiramente a serviço do PT, ou seja, de uma política governamental, de uma variante da política burguesa. É importante expor essa memória histórica, porque as esquerdas que foram expulsas do PT defenderam a subordinação da Central à política eleitoral do reformismo e hoje a burocracia faz exatamente isso, cumpre essa orientação.

O PSTU lidera um movimento de cisão da Central e propõe que a sua nova organização apóie uma frente eleitoral com os ex-petistas do PSOL, sob a candidatura da senadora Heloisa Helena (mas como fracassou a frente, o PSTU recuou). O PCO participa no CECUT apenas de corpo presente, ignora o principal tema do apoio à candidatura de Lula. Especialmente, o balanço desse CECUT não pode ser feito sem verificar a adaptação das esquerdas em congressos passados à candidatura de Lula. Fez parte do processo de estatização da CUT.

O POR pôde defender com a mesma clareza do passado que o Congresso da CUT deveria votar uma resolução de ruptura com o governo Lula, de total independência frente ao Estado, nenhum apoio a qualquer candidatura burguesa e um plano de reivindicações dos explorados para a ação direta.

### **Enfrentamento com a burocracia lulista**

A fuga do PSTU da CUT e a desfiliação de mais de uma centena de sindicatos enfraqueceram o pólo oposicionista. A oposição se resumiu à Frente de Esquerda Socialista (FES), cuja maior força se encontra no sindicato dos sapateiros de Franca. Trata-se de um agrupa-

mento também ex-petista, influenciado pelo PSOL, portanto não rompido com o reformismo.

A delegação do “O Trabalho” procurou se colocar no campo oposicionista em vários pontos da pauta do Congresso, mas no essencial continuou plenamente petista. Defendeu a candidatura de Lula, apresentando uma carta de exigências, portanto esteve do lado da Articulação\PT e PCdoB. A carta de exigência do “O Trabalho” foi ridícula frente às demonstrações de traição do governo Lula às massas e a sua política de proteção ao grande capital. Ao formarem as chapas, negou-se estar com a oposição, e ingressou na chapa da Articulação. Procurou assegurar um postinho no aparelho da CUT e manter o alinhamento petista. Pode-se dizer, portanto, que “O Trabalho” esteve no campo da burocracia situacionista, de forma oportunista se aproximou da oposição em alguns momentos do Congresso.

A Frente de Esquerda Socialista não constituiu uma oposição revolucionária, embora tenha feito uma oposição radical à Articulação\PT. Isso porque não tem o programa da revolução proletária, expressando posições sindical-reformistas do PSOL. Mas foi importante o fato de se opor ao objetivo da Articulação\PCdoB\O Trabalho de colocar a CUT e os sindicatos a serviço da reeleição de Lula e de crescimento de suas bancadas parlamentares e de governos estaduais.

Nesse sentido, o POR se aliou com a FES, mas se viu na obrigação de defender em plenário uma resolução própria.

Eis a resolução: “*O papel da CUT é manter sua independência frente ao Estado e aos partidos burgueses. Não deve se envolver na disputa interburguesa que se configura nas eleições de 2006. A tarefa da CUT é a de impulsionar a luta dos trabalhadores em defesa das reivindicações elementares, tais como emprego, salário, direitos trabalhistas e terra aos camponeses pobres.*” Essa resolução foi lida e votada, como posição minoritária em um plenário repleto de petistas e de burocratas. Está evidente que o combate à burocracia se dá na batalha pela independência de classe das organizações dos explorados e da demo-

cracia sindical.

### **CONAT – a responsabilidade da divisão**

A votação se o Congresso da Conlutas deveria ou não romper com a CUT e constituir uma nova central resultou única e exclusivamente da posição do POR. O isolamento de nossa posição contrária ao divisionismo era esperado. A omissão daqueles que achavam que não era hora de fazer a ruptura constituiu um crime político. Mas a esmagadora decisão não modifica o fato do PSTU e seus seguidores estarem cometendo uma aventura em nome de combater a burocracia, quando na realidade acabará por fortalecê-la.

Uma vez aprovada a divisão, decidiu-se pela nova organização; e mais uma vez voltou o problema de fundo da divisão. Duas posições compareceram: constituir uma nova central, aprovando um estatuto e elegendo uma direção; ou constituir uma nova organização, com um estatuto, mas não elegendo sua direção no Congresso, mantendo a coordenação da Conlutas, que poderá ser acrescida com o ingresso de novos sindicatos, movimentos etc.

A divergência que parecia ser apenas de forma entre os proponentes da divisão revelou o essencial da ruptura com a CUT. O PSTU defendeu que não se elegesse a direção e caracterizou que a organização nascente seria mais do que uma central sindical, porque englobaria não só sindicatos. Evidenciou-se, na realidade, a fraqueza do CONAT para fundar uma nova central.

Os delegados representavam, na sua grande maioria, sindicatos de trabalhadores da pequena burguesia. Sem falar da representação estudantil que teve algum peso na composição social do Conat.

Ao não se eleger uma direção no Congresso, não se fundou uma nova Central, apenas se adotou um estatuto para a Conlutas. Uma das razões fundamentais do POR se contrapor à formação de uma nova central era a de que não se tratava da ruptura das massas operárias com a CUT, que levaria a arrancar a maioria dos sindicatos das mãos da burocracia. O Conat expressou exatamente essa caracterização do POR, a ponto do PSTU ter manobrado para que não transparecesse a aventura ultra-esquerdista, tão bem expressa pelas seitas que queriam a todo custo aprovar a nova central com

característica soviética (COCEP, etc).

Resultado: o Congresso de maioria pequeno-burguesa não aprovou a Central e não elegeu uma direção. Manteve-se a Conlutas, acrescida de filiações individuais, como se fosse um sindicato. Os ultra-esquerdistas que seguiram a virada do centrismo (PSTU e sindicalistas antipartidários) não se conformaram com a democracia do Conat, regulamentada pelo poder do PSTU.

Como levar a ruptura com a CUT nestas condições? Somente a irresponsabilidade e o aventureirismo explica esse fenômeno.

O POR reconheceu que a Conlutas agregou um importante setor da vanguarda classista, por isso atuou desde o início com a convicção de que era necessário lutar até onde fosse possível para evitar o grave erro ultra-esquerdista e oportunista de deixar a burocracia da CUT com as mãos livres para controlar a maioria dos sindicatos operários. A defesa de que a Conlutas deveria se constituir uma frente revolucionária de combate à estatização dos sindicatos, pela defesa da independência e democracia operárias e por um programa anti-capitalista e antiimperialista revelou-se correta e mantém sua vigência.

## **CECUTs serviram para preparar o apoio à reeleição de Lula**

### **CECUT de São Paulo dominado pela burocracia**

O CECUT (Congresso Estadual da CUT), realizou-se no dias 10, 11 e 12/05/06, em Santos – SP. Estiveram presentes 832 delegados e 159 sindicatos.

A programação incluía, para o primeiro dia, as atividades distracionistas, as mesas temáticas: Gênero; Juventude; Combate à Discriminação Racial e Homofobia; Políticas Públicas, Geração de Emprego e Renda; Saúde do Trabalhador; e Pessoas com Deficiência, Acessibilidade e Cidadania.

No segundo dia, houve a apresentação do texto da Direção Nacional e das Análises da Conjuntura e Balanço. As correntes de oposição, “puderam” apresentar seus textos, mas no plenário, a maioria da Articulação e

PCdoB, não aceitando críticas ao governo do PT / Lula e à direção da CUT, interrompia os oradores, jogando objetos e chegando ao ponto da agressão física. No período da tarde, houve a discussão nos grupos de trabalho sobre os temas: Estratégia e Políticas Permanentes.

No terceiro dia, não houve trabalhos em grupos, sobre os temas: Plano de Lutas e Estatuto. Houve um acordo de que a plenária final deveria discutir 5 pontos: Lula eleições; Reforma Sindical; Bolívia / “Nacionalização”; Privatizações e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na plenária final houve a apresentação das chapas. Inscreveram-se duas. Uma da Articulação/PCdoB/OTrabalho e a outra dos grupos que compõem a

FES (Frente de Esquerda Socialista), direção minoritária da CUT, e correntes oposicionistas.

#### **Burocratismo na organização e colaboracionismo na política do Congresso**

Desde a organização, o ataque aos princípios da democracia operária se confirmou. A eleição para retirada dos delegados mais uma vez excluiu os trabalhadores de base, privilegiando as direções sindicais. Apenas os sindicatos maiores, como o de professores (APEOESP), elegeram alguns trabalhadores de fato. Embora em todos os sindicatos, cujas direções estão nas mãos da *Articulação* ou *CSC* (Corrente Sindical

Classista – PCdoB), prevaleceram os filtros e cortes para a eleição dos participantes do Congresso.

O fato de a preparação do CECUT-SP não se pautar por uma ampla divulgação e debate nas diferentes categorias sindicais, coloca desde o início o caráter do Congresso: aprovar a política colaboracionista da direção burocrática em detrimento das reivindicações dos trabalhadores.

Isso se manifesta plenamente na estrutura do Congresso: é realizado em dias de trabalho normal (quarta, quinta e sexta-feiras); privilegia mesas temáticas que nada respondem aos problemas mais elementares da população oprimida (como emprego, salário, educação, moradia, etc); impõe cortes para que as propostas, apresentados nos grupos, cheguem à plenária final; enxuga, de acordo com os seus interesses, os temas a serem tratados na própria plenária final, eliminando a discussão sobre as reivindicações a serem defendidas; serve, enfim, de palanque para parlamentares governistas apresentarem suas candidaturas (Mercadante, Roberto Felício & Cia).

Como se vê, a estrutura e organização do Congresso é oposta à democracia operária, mas o é justamente porque não parte das reivindicações elementares, mas serve de correia de transmissão da política colaboracionista de sua direção (PT/PCdoB). Porque não pode organizar os trabalhadores para a luta e confronto com os patrões e o governo (já que se trata de seu próprio governo), a direção cutista estatizada monta o Congresso, de modo a mutilar os objetivos que o tornariam instrumento de luta: as reivindicações por emprego e salário.

Exemplo dessa caricatura é a participação dos metalúrgicos do ABC como a ala mais reacionária do Congresso. Xingam e batem em quem se opõe ao governo Lula, em quem o critica. Sabemos que se trata da direção corrompida e burocratizada dos metalúrgicos e não dos próprios operários que nem poderiam perder tantos dias de trabalho, sem serem penalizados pelos patrões. Mas tal fato evidencia como o CECUT-SP está afastado do que seria um Congresso sob a influência da política e democracia operárias.

## **Congresso para aprovar o apoio à reeleição de Lula e a continuidade da burocracia petista no controle da central**

De acordo com o Regimento Interno, fazia parte do temário do congresso: Conjuntura Estadual; Balanço da Atuação da CUT no Estado de São Paulo; Estratégia; Estatuto; Políticas Permanentes; Plano de Lutas; Eleição da nova Direção da CUT Estadual para a gestão 2006 – 2009. No caderno de teses contavam somente os textos da maioria e minoria da direção da CUT. O regimento previa a votação em plenário das propostas que nos grupos tivessem obtido, pelo menos, 10% dos votos. Nesse ponto, o POR interveio defendendo que não houvesse nenhum percentual de corte às propostas. Entretanto, o plenário a rejeitou.

Os grupos deveriam se limitar aos temas de estratégia, políticas permanentes e plano de lutas. A burocracia interveio nos grupos com muita truculência para impedir que setores de oposição pudessem ter o direito de defesa de propostas no plenário. Os grupos oposicionistas, embora sem um acordo formalizado, procuraram garantir o direito democrático de expor suas idéias, o que pressupunha a votação em bloco.

O POR apresentou cinco resoluções nos grupos: a) independência da CUT na disputa interburguesa (eleições de 2006); b) contra as reformas antipopulares e antinacionais; c) defesa do salário mínimo vital; d) defesa da escala móvel de horas de trabalho; e) defesa da vida de juventude oprimida: combinação da escola com o trabalho. Os petistas e estalinistas rechaçaram as propostas sem argumentação política, usando somente a calúnia, xingamentos etc.; Os setores oposicionistas votaram com o POR, o que permitiu alcançar o quórum estabelecido pelo regimento.

A corrente *O Trabalho* compareceu no grupo ao lado dos setores de oposição. Contrariando essa conduta, assumida nos grupos, selou uma aliança com a Articulação na formação da chapa.

## **As polêmicas**

Pelo regimento, somente as propostas aprovadas com 20% do plenário poderão ser debatidas no congresso

nacional.

O tema central da plenária era o apoio à reeleição de Lula. Na discussão sobre as eleições, houve 4 propostas: a) a da Articulação/PCdoB; b) a do O Trabalho; c) a da FES; d) a do POR. O PCdoB usou da manobra de defender separado da Articulação, mas foi o mais contundente no apoio a Lula. Tanto a da FES quanto a do POR provocaram a ira dos petistas, que responderam com toda espécie de achincalhos. Como o POR defendeu primeiro, pôde concluir a intervenção, o que tornou quase inviável a FES. A corrente O Trabalho não se posicionou pela independência da CUT, defendeu que fosse apresentada ao PT/Lula uma “carta de reivindicações” e que ele se comprometesse a garanti-las. De outro lado, houve por parte da Articulação (João Felício) e da CSC a defesa do governo Lula e da necessidade de apoio a sua candidatura, pois “só há dois pólos nas eleições: o da direita, conservadora e o da esquerda, da mudança”, não se posicionar diante disso é “apoiar a direita”, é abrir caminho para “a volta do conservadorismo”. Como esperado, o plenário ao som de “um, dois, três, Lula outra vez”, arrastado pela burocracia, aprovou o apoio à Lula / PT. As resoluções contrárias não obtiveram 20% para irem para o congresso nacional.

Na discussão sobre a Bolívia, a proposta da corrente O Trabalho, que defende Evo Morales e solicita apoio à sua medida de nacionalização, obteve os 20%. O POR se posicionou no grupo mostrando a farsa da nacionalização de Evo e defendeu a nacionalização por meio da expropriação e do controle operário da produção. Mas não foi para o plenário. A rejeição da proposta do O Trabalho, feita pela Articulação, deu-se em cima do argumento exitista do poder de Lula na América Latina. Diziam que Evo Morales, bem como Chaves na Venezuela, só podem agir assim, isto é, enfrentando o imperialismo, porque há Lula na América Latina, há Lula para dirimir os conflitos que podem haver principalmente por iniciativa dos Estados Unidos.

Sobre a Reforma Sindical, foram denunciadas as novas medidas do governo quanto a legalização das Centrais e do Conselho Nacional das Relações de Trabalho. Todas as correntes oposicionistas

se colocaram contra a reforma, permitindo os 20% para ir ao congresso nacional.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi defendida pela burocracia. A Articulação usou o deputado Roberto Felício para defender a LRF como mecanismo de “diálogo com a sociedade”. Nesse ponto, a posição contrária também obteve o percentual exigido.

Após esse ponto, a burocracia suspendeu a plenária. E as emendas do POR sobre o Salário Mínimo Vital / Escala Móvel das Horas de Trabalho e que passaram pelo crivo do grupo não foi votada na plenária.

O plano de lutas, fundamental para responder aos ataques do governo, não foi votado. A burocracia manobrou e aprovou uma reunião com as correntes que tinham propostas no caderno de teses para estabelecer um consenso sobre o plano de ação. Isso revelou que o congresso não era para a ação e sim para apoiar as eleições do PT.

A partir daí, começou a votação das Políticas Permanentes, que envolveu os assuntos: juventude e questões de gênero. Uma única colocação contrária à da direção irá para o Congresso nacional, que dizia que as políticas afirmativas não resolveriam o problema racial e outras de gênero, esses problemas só serão resolvidos com o fim do capitalismo.

Em seguida, iniciou-se o processo de apresentação das chapas para a eleição da direção estadual da CUT.

### **Eleição da CUT estadual**

Duas chapas foram constituídas: uma governista e burocrática, composta pela Articulação / ArtNova, CSC e O Trabalho (Chapa 2); outra (chapa 1) constituída por diversas correntes de oposição, a maioria da FES (PSOL, ASS, independentes) e duas correntes LOI e PCO, que não apresentaram resoluções no plenário.

O Trabalho, para assegurar cargos na direção da CUT, se aliou a burocracia majoritária que votou contra todas as suas resoluções. Do lado das correntes

oposicionistas, deve-se destacar que a frente não foi constituída a partir de uma discussão com todas as correntes ali presentes e, é claro, nem de um programa. Foi mais uma tentativa de responder a situação de ultra-minoria diante da retirada de parcela da vanguarda da CUT para se acomodar no Conlutas. Parte da FES entregou uma carta que se posicionava contra a apresentação de chapa no congresso, mostrando uma divisão interna nesse setor da burocracia de esquerda que compunha a CUT. O POR votou na chapa, mas não a incorporou porque não participou do processo de sua constituição. Considerou que o voto na chapa era a manifestação contra a burocracia traidora da CUT, tendo em vista também que a maioria de nossas propostas foram votadas por esse setor. Votaram 769 delegados. Houve 763 votos úteis, 5 votos nulos e 1 voto em branco. A Chapa 2 (da burocracia) venceu com 686 votos (89,9%) e Chapa 1 só conseguiu 77 votos (10,09%).

A saída de algumas correntes da CUT, bem como de alguns sindicatos impedidos de participarem do congresso porque estão devendo para a entidade, levou a uma diminuição significativa da vanguarda. Daí apenas 77 votos na chapa 1 e a dificuldade para a garantia de apresentação das emendas no CONCUR.

Por fim, a FES fez uma chamada pela organização de uma INTERSINDICAL, isto é, uma frente que reúne correntes de oposição para atuarem dentro e fora da CUT.

### **Oposição enfraquecida**

Com a desastrosa política do PSTU e de outros setores de romperem com a CUT, o 11º Congresso Estadual expressou o enfraquecimento do campo oposicionista à direção pelega. Tirando a corrente *O Trabalho*, que posou de oposição, mas, na prática, fechou com a direção, o maior grupo oposicionista era o FES: comparecia com cerca de 10% dos delegados.

A questão que se colocava nesse ultra-burocratizado Congresso não era efetivamente disputar a direção (sem o trabalho nos sindicatos de base essa tarefa é irrealizável), mas impedir que as correntes governistas chegassem ao conjunto dos trabalhadores como representantes unânimes da Central, apontar para a existência da oposição à política colaboracionista e para a necessidade urgente de se constituir a fração revolucionária, que levante as reivindicações e combata a burocracia. Nesse ponto, a ausência de todas as correntes, que hoje se reivindicam da Conlutas, fortaleceu a burocracia, fortaleceu a política colaboracionista. *Articulação* e CSC saíram mais fortes desse CECUT-SP, defendendo demagogicamente o discurso da unidade dos trabalhadores (unidade que, nas lutas, elas destróem).

Os divisionistas perderam a oportunidade de hoje – e sabe-se lá quando – não aparecem ao conjunto dos trabalhadores como os opositores da política pelega e governista da direção da CUT. Em nome das lutas “futuras”, deixaram de travar a dura luta que hoje se coloca aos revolucionários, de combate à burocracia, acabando com sua influência sobre a maior parte dos trabalhadores, sobretudo, sobre a classe operária.

A oposição enfraquecida por essa política divisionista colocou à esquerda restante (majoritariamente às correntes do PSOL) a tarefa de combater a direção cutista. Como a tarefa é monumental, tal esquerda fraqueja, se vê debilitada e desorientada. Retrato disso é o manifesto que alguns delegados (do próprio PSOL) soltaram no último dia de Congresso, intitulado “O instrumento nascido na luta da classe trabalhadora se transforma em seu contrário”. O conteúdo de tal manifesto expressa a desorientação que parte dessa esquerda enfrenta. Sofre as pressões, por um lado, dos setores que já romperam com a CUT, e estão formando a nova entidade (Conlutas); por outro, reconhecem ainda a expressiva força da direção cutista sobre os sindicatos de base. Não querem explicitar seu acordo

**Adquira com o distribuir deste jornal: Textos sobre a Tática - Marx, Lenin e Trotsky**  
Este material serviu de base para a Escola de Quadros realizada em nossas conferências regionais

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

com a Conlutas, entretanto não vêm mais saída para a “disputa” no interior da CUT.

Entendem que a CUT virou o “contrário” do que era, isso porque compreendem que o próprio PT virou o “contrário” do que era. O problema sempre esteve em que o PT (e por consequência a Central que dirigia) nunca foi um partido revolucionário, sempre esteve no campo das reformas. Se hoje os métodos de luta são claramente colaboracionistas e visam mediar a luta dos trabalhadores contra os patrões e governo, essa esquerda nunca pode reconhecer que a política, mesmo da década anterior, nunca foi revolucionária, portanto, nunca pode ser consequente com os métodos de luta da classe operária. Vemos hoje o desenvolvimento completo da política e dos métodos que se gestavam nas duas décadas anteriores.

Fica claro que, se o combate à burocracia petista não foi firme nas décadas

anteriores, não é com o “virar as costas” de hoje que a problema se resolve. Mais do que nunca, é preciso se opor à política e aos métodos de colaboração de classe, é preciso erguer frações revolucionárias no interior dos sindicatos de base para que, chegando à Central, uma oposição revolucionária possa expressar as reivindicações que se chocam não só contra os governos, mas contra as burocracias sindicais existentes.

### Participação do POR

O POR defendeu a independência da Central e as reivindicações de emprego e salário (Escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital, escola e trabalho para a juventude e contra as reformas do governo), expressas em nosso manifesto. Com essas bandeiras, atuamos no grupo de trabalho e na Plenária Final.

Como toda a oposição, fomos impedidos de defender todas as nossas pro-

postas na Plenária (que já haviam sido aprovadas no grupo de trabalho), porque a direção impunha o que era relevante ou não de discussão, sob o pretexto do “tempo” (é bom lembrar que o Congresso acabou um dia antes do estabelecido, e a organização dos “tempos” sempre esteve nas mãos dos próprios burocratas).

Sob xingamentos e vaias, pudemos defender a questão da independência da CUT frente às eleições. Obviamente, esse, como todos os outros pontos, foi vencido pelos petistas. No entanto, ainda que reduzida a nossa intervenção (em razão do próprio burocratismo), podemos fazer um trabalho nos sindicatos de base, denunciando os burocratas e levantando a necessidade aos trabalhadores de fortalecer a fração revolucionária, o que significa se colocar no campo da independência de classe, na defesa dos métodos da ação direta, da democracia operária e na defesa da revolução proletária.

## Congresso Estadual da CUT- Ceará

### 10º CECUT-CE: Um congresso burocratizado e a serviço dos Governos

O 10º Congresso estadual da CUT-CE realizou-se nos dias 5, 6 e 7 de maio. Compareceram cerca de 700 delegados de 202 sindicatos; a maioria sindicatos rurais. O congresso abriu os trabalhos no dia 06/05 com um debate de parlamentares e com a presença do burocrata João Felício, presidente nacional da CUT. No primeiro dia, foi feita discussão dos grupos e, no segundo, votação em plenário das propostas e eleição da nova diretoria.

O CECUT-CE foi marcado pela burocratização das discussões. Apenas poderiam intervir nos grupos, além dos delegados, os observadores que fossem filiados a alguma entidade ligada à CUT. Portanto estudantes, e outros trabalhadores não filiados a sindicatos cutistas estavam proibidos de participar. A burocracia sindical ainda impôs que as discussões fossem feitas com base na tese guia. Quem discordasse de algum item do texto, ao invés de apresentar uma modificação

apenas daquele estaria obrigado a apresentar um novo texto completo com todos os itens. O congresso teve um custo para cada delegado de R\$ 500. Alguns sindicatos chegaram a pagar R\$ 70 mil para inscrever os delegados. Ainda assim, nem todos os delegados receberam material completo.

A saída dos setores que faziam oposição para formar o Conlutas teve um efeito despolitizador sobre o congresso. Contribuiu para isso o grande número de trabalhadores rurais presentes. As discussões tiveram um baixo nível político e o debate foi sufocado pela ausência de correntes opositoras. O POR esteve presente e interveio nos grupos defendendo a independência da CUT frente o governo e denunciando as traições da CUT. Fez aprovar nos grupos a defesa da estatização do sistema financeiro e o combate à reforma universitária do governo, que não foram levados à plenária porque a Burocracia anulou as discussões do grupo em virtude desse não ter utilizado o procedimento imposto pela burocracia. O Congresso aprovou o apoio incondicional ao governo Lula, o apoio à candidatura de

Inácio Arruda ao Senado e à de Cid Gomes (PSB) ao governo do estado. O congresso não aprovou nenhum plano de lutas e apenas formalmente apoiou a greve dos professores de Maracanaú e Fortaleza.

Por fim realizaram-se as eleições para a nova diretoria. Três chapas se apresentaram: Em defesa da independência da CUT (O Trabalho); CUT é pra lutar (PCdoB, PSB, TM/PT) e Unidade e Compromisso (Articulação sindical, Cut socialista e democrática (CSD), movimento de esquerda unificado-MEU). Esta última saiu vencedora reelegendo De Assis Diniz para a presidência da CUT. O POR, que fez frente com ‘O trabalho’ no apoio a algumas propostas, votou criticamente na chapa Em defesa da Independência da CUT.

O 10º CECUT foi dominado pela burocracia e muito despolitizado. Esteve ausente um partido revolucionário que, enraizado nas massas, pudesse se contrapor à burocracia, defender a independência da CUT frente aos governos e aprovar um plano de lutas. Está colocada a tarefa de construir uma fração revolucionária no seio da CUT

## Congresso estadual de Rondônia

### **Não aos congressos burocratizados da CUT e sindicatos defesa da democracia operária**

O 10º congresso da CUT-RO se deu de forma burocratizada. Teve início no dia 12/05/06 e terminou no dia 13/05/06. Com mais de 100 delegados de 22 entidades filiadas da área urbana e rural, os delegados eram majoritariamente dirigentes dos sindicatos, a base destes sindicatos nem sequer tomou conhecimento do referido congresso.

Tinha como painel central o tema “Trabalho e Democracia: Emprego, Renda e Direitos para todos os Trabalhadores e Trabalhadoras”. Foi realizada a prestação de contas da central local, apenas com uma folha mostrando receitas e despesas, sem sequer demonstrar uma nota fiscal. A delegação aprovou por unanimidade e também elegeu a nova diretoria para o triênio de 2006/2009, chapa única encabeçada pelo presidente Itamar dos Santos, do triênio de 2003/2006. Itamar continuou no mesmo

posto, só substituiu alguns componentes e outros só mudaram de lugar. Também foi lançada a campanha “Ninguém nasce racista”. A realização da plenária para eleição dos delegados ao Concut dos sindicatos com menos de 750 sócios não aconteceu. A escolha que houve foi de uma pessoa a participar do Concut como observadora, subentendendo que cada sindicato vai escolher a seu prazer os delegados de dentro de cada diretoria.

### **A burocracia manobra o congresso com campanha eleitoreira**

O temário do congresso foi o que menos foi debatido. O objetivo mesmo do congresso foi potencializar a militância petista para a campanha da reeleição de Lula e o fortalecimento da campanha para governo estadual (o PT tem como pré-candidata Fátima Cleide) e para senador (o advogado do Sintero, Hélio, que tem enchido os bolsos com as ações judiciais dos trabalhadores em educação, e Maria Santiago, que já foi presidente da CUT estadual e é atual as-

sessora da Fátima Cleide).

O que pudemos observar é que os delegados foram escolhidos em uma assembleia em Ariquemes sem nenhum critério. Exatamente para concordar com tudo o que a direção queria. Houve a formação de grupos enormes, o que inviabilizou o aprofundamento dos debates e de esclarecimentos. Os próprios delegados reclamaram do tempo estipulado para os grupos debaterem e encaminharem as alterações do texto. O congresso começou na sexta à noite e terminou domingo, meio-dia, mas foi acatada uma proposta de terminar no sábado em virtude das festividades do dia das “mães”.

O POR interveio mostrando a necessidade do rompimento da central com o governo Lula e o estado burguês, e a independência dos sindicatos com o patronato e governos e a defesa da democracia operária nos organismos de luta dos trabalhadores em geral para a construção do socialismo.

## Congresso da Conlutas (CONAT)

Nos dias 05, 06 e 07 de maio realizou-se, em Sumaré-SP, o 1º CONAT (Congresso Nacional de Trabalhadores) promovido pela CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas). Estiveram presentes 2.729 delegados (de 3.542 inscritos), 235 observadores e 208 convidados nacionais, num total de 3550 pessoas. Além disso, havia representantes da LIT de outros países.

De acordo com o Regimento Interno, eram “órgãos do congresso”: as plenárias, trabalhos em grupo e painéis. No dia 05/05, houve a aprovação de parte do Regimento Interno e foram realizados o painel sobre “Conjuntura Nacional e Internacional e Desafios para a Organização dos Trabalhadores” e os grupos de trabalho sobre esse tema. No dia 06/05, houve a discussão nos grupos sobre “Concepção, princípios, programa e estatutos da CONLUTAS” e a plenária geral sobre o regimento e conjuntura. No dia 07/05, ocorreu a plenária decisiva, que votou a criação da Central (entidade) e seus estatutos.

Os problemas políticos se manifestaram logo no primeiro dia. Não havia acordo com o Regimento de funcionamento do congresso, que tinha o mesmo formato dos

congressos da burocracia sindical cutista. Ou seja, mesas com palestrantes como forma de guia para as discussões que ocorreriam nos grupos, um caderno de teses onde as propostas das correntes pareciam retalhadas, recusa de defesa das teses em plenário e controle burocrático das intervenções nas plenárias. As correntes, que defendiam a criação da tal entidade, protestavam no plenário, mas em seguida se ajustavam à diretriz imposta pelo PSTU.

### **Os objetivos do CONAT**

A Conlutas foi criada em 2004, por iniciativa de setores de oposição que atuam no movimento sindical, estudantil, sem-terra, sem-teto, populares etc., tendo à frente o PSTU. Desde o início, a vanguarda que buscou construí-la tinha em vista a formação de uma “nova entidade”, que chamavam de “uma alternativa de luta para os trabalhadores”, uma outra central sindical ou um organismo mais amplo (aglutinando desempregados, estudantes, movimentos populares etc.). O que se entendia é que “a CUT está falida”, totalmente burocratizada, prejudicando a luta dos trabalhadores e colaborando com a implementação de

medidas patronais e governamentais que os prejudicam. A partir disso, concluíam que é impossível intervir. Como resultado dessa posição, o PSTU e seus aliados iniciaram o processo de desfiliação de sindicatos, daqueles que estão sob seu controle, da CUT.

O Conat tinha a função de criar outra “entidade” que agrupasse os que já se desfiliam, aqueles que estão em processo de retirada e os movimentos estudantil e popular. Por isso, nesse ponto, havia somente duas posições: a) a de criação de nova Central, com caráter amplo; b) a de combater a burocracia da CUT, sem dividir a CUT, constituindo a fração revolucionária para intervir dentro e fora da CUT, defendida exclusivamente pelo POR. Todas as demais estavam pela divisão.

Duas outras questões acompanhavam essa primeira: decidir o que seria a Conlutas e aprovar “frente classista”, que previa a aliança com o PSOL e PCB, encabeçada por Heloisa Helena. Para isso, foi necessário trazer a candidata Heloisa Helena para que o PSTU mostrasse sua força ao PSOL, que reluta compor com o PSTU.

### **O programa da “nova**

## entidade”

A Conlutas reivindica a bandeira do reformismo petista de “governo dos trabalhadores”. Todos discursavam sobre o socialismo, mas algumas correntes, se posicionavam pela independência em relação a todos os partidos - burgueses e revolucionários. O PSTU, para acomodar esses agrupamentos, aceitou a pressão das correntes apartidárias, retirou a caracterização de independência em relação aos partidos burgueses, ficando com a “independência em relação aos partidos”.

Chamaram atenção as posições sobre a Alca e a dívida externa. Quanto à Alca, além de uma resolução de repúdio, foi aprovado “exigir do governo Lula a realização de um plebiscito oficial”, aproveitando o ano eleitoral. Em relação à dívida externa, apesar de se colocar pela suspensão do pagamento, aprovou-se a participação na campanha Jubileu Sul e a realização de uma auditoria de toda a dívida contraída, auditoria que o Jubileu chama de “cidadã”. A auditoria da dívida e a campanha Jubileu não diferem das resoluções do congresso da CUT.

Em relação à Reforma da Previdência, aprovou-se a campanha pela sua anulação por meio de atos e abaixo-assinado. Chegou-se ao ponto de usar o argumento de que sua “aprovação se apoiou na compra de votos (mensalão) de parlamentares como constatou o relatório da CPMI dos correios”. Acaba aqui entrando na defesa da CPIs, órgão de denúncia da oposição burguesa (PSDB/PFL).

Quanto aos crimes da burguesia - corrupção, assassinatos etc -, rechaçou os Tribunais Populares, que coloca nas mãos do proletariado, camponeses e juventude o julgamento e a punição dos crimes de classe, com o argumento de que essa bandeira está “acima da capacidade das massas”.

Combateu o salário mínimo vital e a escala móvel das horas de trabalho. A recusa se apoiou no palavreado de que “não estão massificados na classe” e que é necessário se defender o piso do Dieese, “que é histórico”. O argumento era o de que as massas não estão prontas para assumir essa bandeira e que é preciso “dialogar”, apoiando na defesa do piso do Dieese.

### **Nada de concreto com a frente eleitoral classista**

A “frente classista” com o PSOL e o PCB não ganhou força no CONAT, nem com a presença de Heloísa Helena. A candidata Heloísa Helena reafirmou a necessidade de ampliar a frente eleitoral com todos aqueles que combatem as reformas neoliberais e a corrupção que envolveu o

governo Lula. Enfatizou que era preciso ser “humilde” para que obtivesse adesão de “muitos descontentes”.

A frente classista proposta pelo PSTU não foi colocada em votação. O PSTU preferiu não atrair com seus aliados na criação da Conlutas. Alegando que “o atual estágio de construção da Conlutas e a pouca maturidade dessa discussão” poderia levar a uma “equivocada... tomada de posição no Congresso sobre esse tema”, preferiu não bater de frente com os opositores. Na realidade, assumia que a tal frente havia fracassado. Caso contrário, como tinha a maioria do Congresso poderia aprová-la.

Em relação à intervenção nas eleições, houve também a defesa do voto nulo, expresso por um agrupamento intitulado Conspiração Socialista, que reúne grupos que compunham a Oposição Alternativa (na Apeoesp) e independentes.

O POR apresentou uma resolução que mostrava não ser contrário à formação de uma frente, mas esta deveria ser revolucionária, pautada pelo método da democracia operária, com a constituição de plenárias de base para a elaboração do programa e escolha das candidaturas, majoritariamente operárias. A maioria dos delegados votou contra a proposta porista.

### **Criou-se uma entidade, aprovou-se seu caráter, mas recusou-se a eleger sua direção. Aí está a fraude**

Um dos pontos polêmicos do Conat foi o estatuto, que previa a criação da Conlutas e a não eleição de sua direção. Foram apresentadas duas propostas: a) que a direção deveria ser eleita no Congresso, com base na proporcionalidade direta e qualificada; b) que a direção deveria ser composta por representantes indicados pelas entidades e movimentos que integram a nova entidade. A primeira, foi apresentada pelos grupos minoritários e a segunda pelo PSTU. Como tinha a maioria dos delegados, venceu com esmagadora maioria a segunda proposta.

Conforme o estatuto aprovado, “A cada reunião da Coordenação Nacional as entidades, movimentos indicarão seus representantes para compô-la, podendo, a seu critério, manter os mesmos representantes para todas as reuniões ou substituí-los sempre que julgarem adequado.” Trata-se de um representante das entidades, com direito a voz e voto nas reuniões de Coordenação.

Ainda mais, caberá à Coordenação Nacional a formação de grupos de trabalho e a designação de membros para comporem a

Comissão de Finanças, além de membros para o Conselho Fiscal. Haverá também uma Coordenação Estadual e Regional e/ou Municipal, com os mesmos poderes no âmbito em que atuam.

A maneira como funcionará a coordenação e os critérios para a escolha de representantes das entidades será definido por um Regimento Interno a ser elaborado pela própria Coordenação Nacional.

Em relação ao caráter da Conlutas, foram apresentadas 5 propostas: 1) “Constituir a Conlutas como fração revolucionária da CUT”, defendida pela corrente Estratégia (LER). É bom lembrar que essa corrente não se pronunciou contra a cisão da CUT, preferiu se abster na polêmica central do Conat. Depois de votada a criação da “nova entidade”, a Estratégia defendeu que fosse uma fração da CUT; 2) “Construir a Conlutas como uma central dos trabalhadores”, defendida pelo CEDS e FOS; 3) “É hora de construir a COCEP (Central Operária, Camponesa, estudantil e popular), pela LBI; 4) “Construir uma central de tipo soviética”, proposta do POM e FT. A terceira e quarta propostas eram iguais, ambas defendiam o caráter soviético da Central; 5) “A Conlutas com caráter mais amplo do que uma central sindical, incorporando outros setores explorados no seu interior”, defendida pela PSTU. Com grande maioria, venceu a proposta do PSTU.

Finalmente, o PSTU defendeu que a Conlutas será composta por entidades, movimentos e filiados individuais. Defendeu também que as plenárias convocadas para encaminhar as lutas não deverão ter caráter deliberativo. Para acomodar todas as forças, o PSTU colocou-se por abrir uma discussão sobre o estatuto apresentado e que no próximo congresso (daqui dois anos) fosse votado por inteiro.

### **Sobre o Plano de Lutas**

Na discussão do Plano de Lutas, A Coordenação da Conlutas apresentou uma “Plataforma” como “guia para a ação”, alegou conter a maioria das propostas apresentadas no “caderno de teses, sendo ela aprovada.

### **As posições do POR no Conat**

O POR interveio no Congresso por meio do documento “Combater a burocracia sindical, sem romper com a CUT”. Constava de 6 pontos: a) sobre a constituição de uma nova central; b) luta pela independência e democracia sindicais; c) superar a crise de direção; d) combater o eleitoral-sindicalismo; e) tarefas do Conat; f) base programática da frente classista e antiburocrática. Esses pontos esta-

## Um balanço fraudulento do Conat

Sob o título de “Balanço do Conat e perspectivas para a Conlutas”, a Liga Estratégia Revolucionária se mostrou hábil em omitir o essencial. Não se refere à votação da resolução apresentada pelo POR de não ruptura com a CUT e constituição de uma fração revolucionária para combater a burocracia. É como se não tivesse havido uma clara posição de combate ao aventureirismo divisionista. A única referência que Estratégia faz consta em apenas uma frase: “a formalização da Conlutas como uma ‘nova entidade’ foi votada, por incrível que pareça antes mesmo

de se definir o que deveria ser esta nova entidade”.

O balanço fala de tudo, faz prescrição sobre o que o Conat deveria ser e inclusive reconhece que o Conat “não conseguiu ampliar significativamente sua influência nos principais sindicatos industriais e de serviços estratégicos (...), no entanto não explica qual foi sua posição diante do embate sobre ruptura e não ruptura com a CUT. Nos grupos, a Estratégia se absteve quando o POR enfrentava os argumentos dos divisionistas.

No Manifesto aos Trabalhadores da

Conlutas, a Estratégia diz: (...) opinamos que é um erro a prática de desfiliação da CUT, pois como parte da CUT teríamos um melhor diálogo com os trabalhadores que ainda confiam em sua direção”. Qual foi então a militância da Estratégia em torno desse ponto fundamental? Omitiu-se vergonhosamente!

Está aí por que fraudou seu balanço no que havia de mais decisivo à orientação marxista-leninista-trotskista para os sindicatos. Quem renuncia o combate por suas posições capitula. E quem capitula tem razões para fraudar a verdade dos acontecimentos.

## Metalúrgicos ABC

# Lutar contra o plano de reestruturação da Volks

É preciso lutar contra o plano de reestruturação da Volks porque, na prática, irá causar mais desemprego, fome e miséria para os trabalhadores. Mais uma vez a Volks, com o argumento mentiroso de que está tendo prejuízo, anunciou que pretende demitir 5.773 trabalhadores no Brasil. Destes, 3.672 em São Bernardo do Campo, 681 em Taubaté e 1.420 em Curitiba.

A Volks não está tendo prejuízo, na verdade seus lucros são fabulosos. O próprio presidente da Volks deu entrevista no início do ano dizendo que a empresa lucrou 1,5 bilhão em 2005. Em abril, os jornais informaram que a Volks quadruplicou seus lucros no primeiro trimestre de 2006. Além de toda essa lucratividade, a Volks recebeu R\$ 497,1 milhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social). De 1995 até 2005, a Volks já recebeu R\$ 3,73 bilhões do BNDES. Ainda mais: a Volks pegou todo esse dinheiro do governo/BNDES, para investir em novas tecnologias, automação, robotização. E o que tem feito é demitir operários, terceirizar e impor acordos malditos.

A nova investida da Volks tem objetivo de avançar na “reestruturação produtiva”. O conteúdo da chamada reestruturação é um só: mais demissão, terceirização, redução de salário e flexi-

bilização de direitos. Para a multinacional, o fundamental é a manutenção da taxa de lucro.

### Contra as demissões: Redução da jornada sem redução de salário (escala móvel das horas de trabalho)

A Volks, junto com as outras montadoras e auto-peças, está planejando com a chamada reestruturação diminuir cada vez mais o custo de produção. Para isso, quer utilizar a mão-de-obra dos trabalhadores pagando salários que não cobrem as despesas mínimas para a sobrevivência da família operária, nem pagar os direitos trabalhistas que garantem a seguridade, saúde (ex. DSR, compensação por trabalho insalubre, seguro desemprego, aposentadoria, licença maternidade etc.).

Os operários não devem aceitar as medidas de desemprego e fome impostas pelas multinacionais. A resposta à ofensiva dos capitalistas sobre os explorados tem de ser uma só: unidade e mobilização grevista. Diante do plano da Volks, a nossa proposta deve ser: Redução da jornada sem redução de salário (escala móvel das horas de trabalho), ou seja, divisão das todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores. Essa é a

única via de defender o emprego a todos.

### Unificar os metalúrgicos contra as demissões

A luta que se inicia na Volks deve ser estendida para todos os metalúrgicos do ABC. Está claro que as demissões nas montadoras afetam outras fábricas, até porque, se a Volks demitir, a Pérola, que faz serviço de limpeza, irá demitir também, as empresas de ônibus também demitirão parte dos motoristas, a empresa que faz a alimentação demitirá, sem contar as autopeças, que produzem quase toda sua produção para as montadoras. Estão aí alguns exemplos de como as demissões nas montadoras afetam outros setores e fábricas. A questão é que isso vem acontecendo constantemente, todos os anos, e os trabalhadores das montadoras, autopeças e demais setores não estão fazendo uma luta unificada para combater esse ataque. De um lado, os patrões estão unidos, e do outro os trabalhadores divididos.

Para combatermos as demissões só existe uma saída: a direção de nosso sindicato tem de convocar uma assembléia de todos os metalúrgicos para aprovar uma campanha de luta unificada contra as demissões e a precarização do trabalho.

## MPs 293 e 294 é a REFORMA SINDICAL

No dia 08 de maio, o governo Federal lançou duas Medidas Provisórias que adiantam a Reforma Sindical, até então paralisada no Congresso Nacional. A MP nº 293 reconhece as Centrais Sindicais e a MP nº 294 cria o Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT). Define os critérios para que as entidades sejam consideradas como Centrais e também institucionaliza o Fórum Nacional do Trabalho com o nome de Conselho Nacional das Relações de Trabalho, órgão destinado a amortecer o conflito entre o capital e o trabalho.

### MP nº 293: Todo o poder de decisão nas mãos da burocracia das centrais

Pela medida, as centrais sindicais são tidas como entidades que representam os trabalhadores dos sindicatos a elas filiados em âmbito nacional, podendo participar de negociações com o governo e os patrões. Imprime uma falsa aparência de independência das centrais em relação ao governo e aos patrões, ao defini-las como "entidades associativas de direito privado". Na verdade, legítima as centrais como organismos que firmarão os negociatas exigidas pelo Estado e pelos capitalistas.

Impõe os requisitos para que as centrais sindicais sejam reconhecidas pelo governo. Elas deverão apresentar a filiação de:

- 100 sindicatos (no mínimo) distribuídos nas 5 regiões do país;
- em 3 regiões (pelo menos), com 20 sindicatos (no mínimo) em cada uma;
- em 5 setores de atividade econômica;
- filiação de 10% de trabalhadores sindicalizados no país (pode-se somar os três itens anteriores para atender a este critério).

Quem irá aferir esses "requisitos de representatividade" é o Ministro do Trabalho e Emprego. Ele também definirá os critérios para esta aferição, consultando as centrais, e poderá alterá-los, dependendo das análises sobre os índices de sindicalização dos sindicatos filiados às centrais. Portanto, cabe ao Estado o destino das Centrais e não à vontade dos trabalhadores organizados. Nisso não há nada de diferente da legislação varguista, que só reconhecia os sindicatos se estes fossem legalizados pelo Ministério do Trabalho. É a reafirmação do velho e não a propalada campanha da "modernização".

As centrais só poderão indicar representantes para as negociações tripartites se cumprirem esses requisitos. Do contrário, dependerão de um "acordo" com as outras centrais, O que significa dizer que as nego-

ciações firmadas pelas centrais legalizadas valerão para todos os trabalhadores. Essas negociações terão valor de lei para o patronato e o governo.

Como se vê, a MP do governo PT/Lula atende aos interesses da CUT e Força Sindical que não terão problemas em passar pelo crivo dos "requisitos de representatividade". Agirão por cima dos interesses gerais dos trabalhadores, que manifestam nas assembléias de base. Passarão a receber oficialmente parte do imposto sindical.

Mais do que nunca, está colocada a intervenção no interior dos sindicatos e das Centrais para denunciar os acordos malditos, defender as reivindicações da maioria explorada e o método genuíno do proletariado, que é a luta de classe para arrancar dos patrões e do governo o salário, emprego e direitos trabalhistas.

A negação de travar essa luta nos sindicatos controlados pelas centrais e nas instâncias (mesmo muito burocratizadas) da Central só contribui para que as mesmas continuem exercendo a influência sobre a maioria dos sindicatos. É tarefa dos revolucionários derrotar a política da direção das Centrais, que no caso da CUT é a do governo do PT. Não se derrota uma burocracia criando novas burocracias, mais à esquerda, mais radical etc., porque não se trata de indivíduos que servem ao capital, mas de uma política que expressa a democratização do Estado burguês, no caso da CUT, e de uma direita imperialista, no caso da Força Sindical. Não se derrota o colaboracionismo das direções sindicais dividindo os trabalhadores e o movimento social.

### MP nº 294: mecanismo do pacto social

A MP nº 294 cria o Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT) enquanto "órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, de composição tripartite e paritária". O caráter deliberativo aponta para a possibilidade deste órgão ter o poder de transformar as negociações realizadas entre governo, patrões e centrais sindicais em lei.

As "competências" do CNRT indicam seu poder de decisão sobre questões que mexem com a vida das massas. Ele poderá propor e subsidiar projetos legislativos; normas e políticas públicas sobre relações de trabalho e organização sindical. Poderá ainda avaliar propostas em discussão no Congresso Nacional sobre os mesmos assuntos (dar parecer).

O poder de decisão dado ao CNRT é

justificado por um palavreado típico da democracia burguesa. Ou seja, sua finalidade é:

"I. promover o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal, buscando soluções acordadas sobre temas relativos às relações de trabalho e à organização sindical;

II. promover a democratização das relações de trabalho, o tripartidarismo e o primado da justiça social no âmbito das leis do trabalho e das garantias sindicais;

III. fomentar a negociação coletiva e o diálogo social."

Fica evidente o caráter de conciliação de classes do CNRT e de colaboracionismo das centrais dele participantes, já que o objetivo é o "acordo", o "diálogo" em que as partes têm que ceder. Tanto é assim que as deliberações no seu interior deverão se dar por consenso.

As confederações dos empregadores e as centrais sindicais dos trabalhadores apenas indicarão seus representantes ao CNRT. A designação (a escolha) dos membros será feita pelo Ministro do Trabalho e Emprego. Farão parte do CNRT duas Câmaras Bipartites, uma de representação dos trabalhadores e do governo e outra de representação dos patrões e do governo. A indicação dos representantes será feita pelas entidades de classes, mas a designação caberá ao Ministro do Trabalho.

### MP's do governo Lula / PT: imposição da reforma sindical

De todos os aspectos que previam a Reforma Sindical, as MP's adiantaram dois que são fundamentais para legitimar a "flexibilização" dos direitos trabalhistas. Legaliza as Centrais e cria o Conselho.

No congresso da CUT de 2006, uma das resoluções da Articulação/PT é o da "ampliação e aprofundamento de novas dimensões para as negociações coletivas bipartites e tripartites", portanto de acordo com a MP do governo do PT.

Os trabalhadores devem se colocar contra, porque:

- 1.as MPs 293 e 294 impõem a reforma sindical,
- 2.legaliza as Centrais para legitimar os acordos com o patronato e o governo
- 3.legitima o poder da burocracia sindical sobre as assembléias de base
- 4.institucionaliza o CNRT como órgão das negociatas
- 5.mantém toda a legislação repressiva contra o direito de greve
- 6.amplia a estatização dos sindicatos e centrais, sob o controle do Ministério do Trabalho

## As alianças eleitorais no Ceará

Desde antes do dia 21/04, quando ocorreu o Encontro Estadual do PT, os reformistas e os stalinistas do PCdoB já buscavam uma ampla aliança para disputa do governo do estado. O PT aprovou que abre mão de uma candidatura própria para apoiar Cid Gomes (PSB), ex-prefeito de Sobral e irmão de Ciro Gomes. No encontro estadual, o PT oficializou o apoio a Cid. Coube à Prefeita Luizianne indicar o vice na chapa que será Francisco Pinheiro, da TM (tendência marxista). O arco de alianças envolve PT-PSB-PCdoB. Não está descartada a possibilidade de, inclusive, o PMDB de Eunício Oliveira, ex-ministro de Lula, integrar-se à frente.

No PSB cearense predominam os deputados e demais parlamentares que romperam com o PPS nacional, cuja maioria passou a fazer oposição à Lula e, arrastados por Ciro Gomes, desembocaram no PSB, partido da base do governo. O PPS no Ceará que sempre fora aliado do PSDB e ocupava cargos no governo Lúcio Alcântara, portanto, rom-

pe em peso com a direção nacional e adere ao PSB, que passa a ser controlado pelos ciristas. Não é à toa que a candidatura de Cid é conhecida entre os trabalhadores conscientes como “Cambeba 2”, uma vez que a de Lúcio é a candidatura oficial do Cambeba. A decisão do PT de abrir mão de candidatura própria depois de quase vencer Lúcio em 2002 no segundo turno, expressa o grau de apodrecimento do reformismo, dele não escapando nem as correntes que se reivindicam de esquerda (DS, TM). A vaga para senador está sendo disputada por Inácio Arruda do PCdoB e Eunício Oliveira, do PMDB. Cid é favorável a Eunício, ao passo que o PT apóia Inácio.

O deputado federal Moroni Torngan admitiu que, embora a decisão do PFL seja tomada em junho, acredita que possa lançar candidato próprio ao governo do estado (o radialista Edson Silva) e, portanto, não se coligar com o PSDB. No PSDB, a crise entre Tasso e Lúcio parece arrefecer. Depois das críticas de Tasso ao atual governador em encontro de prefei-

tos do PSDB, o partido ficou dividido no apoio a reeleição de Lúcio. Este, entretanto, conseguiu reunir apoio da maioria das prefeituras do PSDB no interior e, com o afastamento do presidente nacional do PSDB do enfrentamento com o Governador, tem conseguido ganhar o apoio do partido para se oficializar em junho candidato à reeleição.

A aliança entre o PSOL, PCB e PSTU no estado aguarda as negociações em nível nacional. O PCB chegou a lançar candidato próprio, mas admitiu que pode recuar em nome das alianças. O PSTU, ao se subordinar a uma aliança com o PSOL, que passa longe de defender um programa ‘classista e socialista’, arrasta uma pequena parcela dos trabalhadores e da vanguarda a anular a independência política dos trabalhadores. O voto nulo, portanto, se impõe, como a única opção que pode garantir nesse quadro eleitoral, onde as frações burguesas arrastam as massas para a disputa eleitoral, a independência dos explorados frente à burguesia e seu estado.



### Greve no CEFET

## A importância da participação e mobilização dos estudantes na greve

Mais uma vez é retomado o movimento grevista. É preciso ter claro os motivos da paralisação das nossas atividades a partir do dia 17/05. Temos ao opnião de que devemos participar da mobilização, apoiar a greve dos professores, funcionários, suas reivindicações, realizar atividades estudantis para discutir que relação tem a greve com a educação pública e com nós estudantes, pois fazemos parte dessa situação.

A Plenária Nacional do Sinasefe realizada dia 04/05 no CEFET-SP votou o início da greve para quarta-feira. Como sabemos Governo Federal (PT/Lula) não cumpriu o acordo de greve.

Ao falarmos de greve na Federal uma das idéias que se tem é que a greve prejudicaria o semestre ou o ano letivo. Nós estudantes precisamos discutir essa idéia pois ela é utilizada na maioria das vezes em posicionamentos contrários à greve, por tanto nesse momento contrário à mobilização.

Uma outra idéia utilizada para a justificativa desse posicionamento é que a greve demorará muito tempo. Temos que considerar todos os fatores e consequências futuras.

A unidade é parte fundamental nesse momento. Nas duas assembleias anteriores do Sinasefe-SP foi discutido a unidade entre os professores, funcionários, alunos e pais para fortalecer

o movimento. Alguns professores já estão conversando com os alunos.

Nós estudantes precisamos fazer discussões, participar das atividades da greve, falar com os colegas e não podemos ficar em casa. Se nos juntarmos para lutar conquistaremos as reivindicações. Juntos somos fortes.

### Por que nós estudantes devemos apoiar a greve e participar da mobilização?

Os governos deixaram claro suas políticas de corte de verbas para a educação pública, privatização e sucateamento do ensino público.

O Governo Federal diz não ser responsável pelo o Ensino Médio oferecido nos CEFETs. O objetivo é acabar com esse nível de ensino no CEFET-SP. Esse ano foram tiradas do vestibulinho 40 vagas e já se comenta que serão 40 a menos em 2007. Esta aí um dos motivos que mostra a necessidades da mobilização e da discussão das nossas reivindicações.

A assembleia estudantil do dia 15/05 não pode discutir apenas se apoiamos ou não a greve, temos que dar atenção a todos assuntos e problemas que vivemos, ou seja a discussão não

pode ser feita superficialmente.

A pesquisa que a atual diretoria do GLECC fez com dados sobre a greve não deve ser aceita como resolução da assembléia. As decisões tem que ser discutidas e aprovadas em assembléias. Se tiver a proposta de aceitar a pesquisa como resolução, não podemos aceitá-la porque essa proposta, se aprovada, romperá com a soberania da assembléia e com a idéia que tem que ser feito o que a maioria decide. E a pesquisa não foi feita com os alunos do Ensino Técnico. Nos posicionamos de antemão por não concordar com as atitudes políticas da atual diretoria do grêmio.

Vimos que a mobilização é essencial. Fazemos a mobilização através com o método dos trabalhadores, a ação direta (manifestações, passeatas, bloqueios de avenidas e ocupações).

Sem dúvida é importante a participação e mobilização dos estudantes durante a greve.

## Ceará:

# Professores da rede estadual de ensino entram em greve por tempo indeterminado

Em assembléia realizada dia 16/05, no ginásio Aécio de Borba, os professores da rede estadual decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. A categoria reivindica: convocação de todos os concursados de 2003, vale-refeição universal, reajuste de 53%, plano de cargos e carreira, recursos para as escolas públicas, fim do passe card, contra a avaliação desempenho etc. Após a assembléia, que aprovou a greve por unanimidade, os professores fizeram passeata pela avenida 13 de maio e bloquearam o cruzamento das avenidas 13 de Maio com av. da Universidade.

O Secretário de Educação Luis Eduardo disse à imprensa que estranhava a greve porque sempre o recebera bem, assim como atendia a todas as reivindicações do Sindicato Apeoc. Só não esclareceu porque, no dia 09/05, na Assembléia de professores, frente ao Palácio Iracema, o governo sequer os recebeu e ainda anunciou um reajuste de fome de apenas 3% quando nossas perdas salariais são de mais de 72%!

## A reação do governo

O Governo Lúcio (PSDB), acostumado a agir com truculência contra os movimentos, foi rápido. No dia seguinte, 17, convocou todos os diretores de escola e repassou instruções para que esses entregassem listas dos grevistas. Faz parte das ameaças a demissão dos temporários e até o envio das faltas dos pro-

fessores para cortar seu salário, descumprindo o que manda a lei (repor até o final do ano). Apesar disso, os professores não têm se intimidado. As reuniões zonais reunindo vários bairros que acontecem por toda a cidade, com participação de alunos e pais têm se ampliado cada vez mais. A palavra de ordem do momento tem sido: *Resistir!* e *Manter as escolas fechadas!* É preciso ampliar a contra-ofensiva da categoria que já vem ocorrendo. Os zonais têm aprovado a criação de comissões com pais e alunos e organizado piquetes nas escolas.

## A direção do movimento

A direção do movimento grevista continua com a Apeoc que deflagrou a greve para surpresa de muitos. Entretanto, nas reuniões do comando de Greve, a direção do sindicato (Sra. Penha e Articulação/PT) tem resistido a aceitar as decisões das bases. Por isso, nos zonais, que muitas vezes acontecem de forma completamente espontânea sem a presença da direção do sindicato, os professores de base e a vanguarda ligada a correntes de oposição lutam para fazer com que a base derrote a burocracia do sindicato e possa inclusive continuar a greve no caso daquela fazer um acordo espúrio com o governo.

## A política do POR

O POR é a única corrente que faz

oposição revolucionária no interior da Apeoc. Defendeu e defende desde há muito contra as demais correntes que o criticam (PSTU, OT, LBI entre outras) que era e é preciso atuar na base do sindicato, por mais reacionário que ele seja, e construir uma fração revolucionária e opositora capaz de captar o descontentamento das bases com a direção da Apeoc. A corrente proletária defendeu a unidade entre Apeoc e Sindiute, que sempre se opôs a tal unidade e ao mesmo tempo acusa a militância do POR e simpatizantes de 'agentes da Apeoc'. Somente agora, com a greve de massas em ambos os setores, a pressão das massas se fez sentir no sentido da unificação e as teses divisionistas de ambos os sindicatos foi rechaçada pela base nos zonais. Várias correntes que criticavam o POR estão se vendo obrigadas a atuar na greve dirigida pela Apeoc.

## Nossas tarefas:

É preciso que o movimento intensifique o que já vem sendo aprovado nos zonais: radicalização, fechamento de avenidas, piquetes e ganhar o apoio definitivo de pais e estudantes para que a parcela de professores temporários não volte às escolas e a greve possa arrancar suas reivindicações. É preciso lutar também por calendário de lutas unificado, assembléias unificadas e comando de greve unificado.

**Nesta edição:**

- Nacionalização na Bolívia  
Posição da burguesia brasileira e posição do proletariado
- Nossa posição sobre a nacionalização
- O direito da autodeterminação dos povos do sul
- Frustração dentro do M.A.S.

# Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Nacionalização na Bolívia

### Posição da burguesia brasileira e posição do proletariado

O anúncio do governo MAS, em 1º de Maio, de que a Bolívia nacionalizava o petróleo e o gás causou estardalhaço no governo Lula e nos meios burgueses. O decreto presidencial de Evo Morales regulamentava a nacionalização em termos parciais. O governo brasileiro esperava uma negociação prévia sobre os termos da nacionalização.

Havia previsão de que alguma medida de controle nacional das fontes de energia seria tomada por Evo Morales. A nacionalização fez parte da campanha eleitoral do MAS como uma das principais decisões a ser tomada. Os explorados bolivianos logo passaram a exigir o cumprimento das promessas. O governo do MAS está assentado em um barril de pólvora.

As massas empobrecidas foram convencidas a recuarem em seu movimento revolucionário e depositarem confiança na constituição do novo governo, liderado pelo caudilho Evo Morales. A nacionalização de uma das principais fontes de riqueza do País foi apresentada como decisiva para a Bolívia dar um passo na superação do atraso econômico e da miséria da maioria. Necessitou-se de uma ampla propaganda populista do MAS para desviar a luta direta dos camponeses, artesãos, parte da classe média arruinada e proletários para as ilusões nas soluções governamentais.

A derrocada do governo de Sanchez de Lozada pelo levante popular fez estremecer a burguesia brasileira. Mas a sua substituição por um novo governo saído das entranhas constitucionais e comprometido com a ordem capitalista aliviou-a momentaneamente, preocupa-

da em evitar a revolução social no País vizinho. O apoio de Lula a Evo e a aproximação com o governo nacionalista de Hugo Chaves foi combatido pelo grande capital, mas por outro lado se consideravam as vantagens que se poderia ter, pressionando para que se respeitassem os contratos com as multinacionais de exploração do gás e do petróleo.

A ocupação militar das refinarias da Petrobrás e o anúncio do decreto de nacionalização por Evo Morales, apesar de teatralização, representaram para Lula uma quebra de confiança e para a burguesia em geral um acinte contra o Brasil potência. Desencadeou-se uma campanha para jogar os trabalhadores brasileiros contra a medida de nacionalização, que foi desde o anúncio de aumento dos preços do gás até a apresentação da Petrobrás como patrimônio nacional.

Porta-vozes das organizações empresariais e partidos de oposição exigiram de Lula que recorresse à força cabível em âmbito nacional e internacional. A diplomacia lulista replicou com o argumento da soberania da Bolívia e com a via das negociações como melhor forma de assegurar os interesses econômicos de ambos os lados. Logo mais, a reunião de Iguazu entre Bolívia, Brasil, Argentina e Venezuela parecia dar razão a Lula – estava reaberta a via para o ajuste de interesses.

O decreto de Evo nacionaliza apenas parte das propriedades multinacionais e estipula um prazo de 180 dias para compor os interesses. O programa de nacionalização do MAS não estabelece a nacionalização total, sem indenização da indústria estrangeira de gás e petróleo.

Pretende apenas tornar a Bolívia sócia majoritária do capital externo.

A diretriz do governo Lula era e é a de obter indenização, manter influência sobre as fontes naturais e garantir preços baixos do gás – fatores que mantêm alta lucratividade à Petrobrás, um verdadeiro saque nas mais importantes e únicas riquezas de exportação do País andino. Um acordo assim teria algum aplauso da burguesia brasileira, que frente à Bolívia atrasada industrialmente comparece como um gigante e frente aos Estados Unidos pastoreia como uma ovelha.

Mas nem bem a burguesia baixava o tom, Evo Morales, em Viena, acusou a Petrobrás de sonegar imposto e de contrabandar. E denunciou a ilegalidade e inconstitucionalidade dos contratos. Portanto, não haveria o que indenizar. O clamor burguês voltou à erupção. Os maiores pró-imperialistas e conhecidos defensores da alienação de riquezas nacionais exigem a Lula “defender a dignidade nacional”, ou seja, a usar a prepotência do grande capital.

Segundo os difusores da defesa da dignidade e da soberania do Brasil, é hora de sufocar economicamente a Bolívia e de isolá-la internacionalmente, como pretendem os governos inglês e espanhol. O Brasil tem como aliado neste embate de interesses o imperialismo.

Não era preciso que Evo justificasse a não indenização com a revelação das falcatruas entre a Petrobrás e os governos corruptos da Bolívia. A Bolívia é uma nação pobre e saqueada por todos os lados. Foi assim com suas minas, esgotadas até chegar aos escombros. As

riquezas minerais serviram à concentração do capital internacional. Em substituição, vieram o gás e o petróleo.

Os poderosos capitais aproveitam a falta de recursos financeiros e tecnológicos para superexplorar as valiosas fontes de matéria-prima. Um dos argumentos da burguesia brasileira contra a nacionalização é o de que a Bolívia depende da alta aplicação de capitais externos e da tecnologia. O Brasil tem aplicado cerca de 1,5 bilhão de dólares, por isso é responsável em parte pela sustentação da economia boliviana. É assim que se manifesta o capital na relação entre as nações. Sob o disfarce da cooperação e integração, impõe-se a força do capital. A Petrobrás, juntamente com um punhado de multinacionais do petróleo, usurpa as riquezas naturais da Bolívia, aproveitando do seu atraso e de sua dependência do capital externo.

Pois bem, frente à declaração de Evo Morales em Viena, Lula prometeu endurecer, não aceitando a pecha de humilhado – humilhação vinda de um de seus aliados na América Latina. No dia seguinte, o governo boliviano se retrata. Marca nova reunião com Lula. Lá mesmo em Viena, onde ocorria a 4ª Reunião de Cúpula Européia – América Latina, o presidente da Bolívia prometeu a Lula que as boas relações devem continuar e as negociações

se manterão. É bem provável que Evo Morales tenha sido alertado por ministros de seu governo sobre a dependência da Bolívia ao Brasil; e que nos bastidores estava em andamento um acordo que preserva os interesses da Petrobrás. O ministro dos Hidrocarbonetos e o presidente da YPF já se comprometeram em indenizar o capital nacionalizado.

Afinal, o governo do MAS sabe que não se trata de uma nacionalização revolucionária, que expropria sem indenização como parte de expropriação geral do capital e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva dos meios de produção. O conflito aberto pelo decreto de Evo Morales se dá no seio do capital. A Petrobrás está semi-privatizada, inclusive dependente de acionistas estrangeiros. Sua proteção significa proteção ao grande capital. A YPF, por sua vez, ganhará mais poderes, mas servirá aos interesses de grupos econômicos bolivianos e também estrangeiros. O que significa que não servirá para arrancar a Bolívia do atraso e da dependência das multinacionais.

É importante ressaltar a posição do Partido Operário Revolucionário boliviano (POR), que caracteriza o governo do MAS de burguês, servente dos interesses gerais da burguesia internacional de preservação do capitalismo. A nacionaliza-

ção parcial acaba por ser uma farsa, pois mantém as multinacionais no País e funciona como uma ação contra a luta revolucionária dos explorados por expropriar o grande capital sem indenização.

Eis a resposta do POR:

“Os explorados continuarão lutando pelo que entendem por nacionalização – Expulsão das multinacionais e seus serventes!! Sem pagar indenizações. Isso significa expropriar os meios de produção (minas, fábricas, hidrocarbonetos, latifúndios) que estão nas mãos das multinacionais e de seus serviçais, os burgueses vendilhões da pátria (empresários bolivianos). Destruir a propriedade privada burguesa, substituí-la pela propriedade social, tarefa que cumprirá o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.”

No Brasil, denunciamos o governo Lula e a burguesia brasileira de pretenderem manter o saque do gás e petróleo bolivianos e enriquecerem os capitalistas, enquanto mantêm a Bolívia no atraso e as massas na miséria. É preciso que a classe operária e demais explorados brasileiros rechacem qualquer medida de força do Estado brasileiro contra a Bolívia. Coloca-se a unidade internacional do proletariado pela nacionalização sem indenização e controle operário coletivo da produção.

## Nossa posição sobre a nacionalização

Existe uma amplíssima experiência nacional e internacional sobre o tema. Nem toda nacionalização é revolucionária e progressista, depende da natureza classista do Estado que a executa. Também o Estado burguês nacionaliza e as projeções de sua medida, invariavelmente, estão orientadas a consolidar o regime da propriedade privada e conservar o sistema social burguês.

Na Bolívia, conhecemos a nacionalização do petróleo decretada pelo Governo de David Toro, que suspendeu as operações da Standart Oil pelo término do contrato e expropriou os pertences da empresa pagando indenização. Em 1952, o primeiro governo do MNR, nacionaliza as minas expropriando todas as jazidas minerais das mãos dos barões do estanho, em troca de extraordinárias somas como indenização. Depois, o governo de Ovando realizou a segunda nacionalização do petróleo exproprian-

do a Gulf Oil, também em troca de uma milionária indenização.

Todas estas nacionalizações foram feitas pelo Estado burguês em estrita concordância com respeito à propriedade privada dos meios de produção em mãos das empresas petrolíferas. O último D.S. 28701, promulgado pelo governo do MAS, é uma medida ridícula se se tem como referência as nacionalizações anteriores, porque não expropria nada, se limitando a elevar impostos em alguns casos, ou comprar ações em outros. A finalidade é converter o Estado boliviano em sócio majoritário das multinacionais. Pode-se considerar uma nacionalização esse feito do MAS? Até mesmo representantes do MAS começam a expressar publicamente suas dúvidas, ainda que considerem que se trata de um primeiro passo e que possa ser aprofundado gradualmente.

Em todas estas experiências, as em-

presas estatais criadas (COMIBOL, YPF) foram estranguladas pelo imperialismo, pela empresa privada nacional e pela corrupção estatal. O Estado burguês acaba subvencionando a empresa privada e parasitária e a converte nas vacas leiteiras da politicagem burguesa.

Esta experiência frustrante das nacionalizações nos permite tirar uma conclusão teórica: o Estado burguês, por sua natureza de classe, não pode desenvolver ilimitadamente as empresas estatais, irremediavelmente estas estão condenadas a morrer estranguladas pela grande propriedade privada dos meios de produção vigentes. Esta é a razão do por que YPF e COMIBOL acabaram praticamente quebradas. Outra conclusão teórica importante: para que a recuperação dos recursos naturais sirva realmente aos interesses nacionais devem converter-se em propriedade social no marco da socialização de toda a estrutura eco-

nômica do país. Semelhante tarefa não pode ser cumprida pelo governo burguês, por mais que se auto-proclame progressista, como o faz o MAS.

Somente um novo Estado de operários e camponeses poderá recuperar realmente os recursos naturais para beneficiar o país, converter toda a propriedade privada em propriedade social, romper todas as relações jurídicas burguesas, expulsar o imperialismo do país e permitir um grande crescimento

das empresas estatais, livres das ataduras da legislação burguesa. Portanto, a consigna da nacionalização dos hidrocarbonetos, no presente, é parte inerente da necessidade da revolução social.

Aqueles que concebem o ato do governo do MAS como o primeiro passo para que no futuro imediato se executem medidas muito mais radicais acabam como lacaios da classe dominante. A última negociação de Evo Morales com Lula da Silva em Viena já nos mostra que

o governo boliviano está condenado a fazer concessões cada vez maiores às multinacionais; a varinha mágica de que as futuras negociações devem conservar a regra de ouro de que a exportação dos hidrocarbonetos beneficie equitativamente a todos os acionistas é a grande porta para que o Estado boliviano termine cedendo às pressões de seus "sócios".

*Extraído do jornal Massas da Bolívia, órgão do Partido Operário Revolucionário, nº 1993*

## O direito da autodeterminação dos povos do sul

A Bolívia não conseguiu se estruturar como um Estado nacional soberano e independente devido ao pouco desenvolvimento de suas forças produtivas. Está ausente um poderoso mercado interno unificador e sobrevivem os mercados regionais independentes uns dos outros, pois a capacidade produtiva dos homens está determinada pelo atraso que impera no país. Como consequência desse limitado nível alcançado por sua estrutura econômica, no plano superestrutural, não conseguiram se consolidar uma cultura e uma verdadeira unidade nacional.

Ao longo da história do país, várias vezes se manifestaram tendências centrífugas elaborando bandeiras autonomistas, federalistas e até anexionistas

por parte dos países vizinhos.

Por sua vez, as nacionalidades nativas que sobrevivem marginalizadas e exploradas pelo minoritário Estado dos "brancos" protagonizam explosões intermitentes orientadas a reivindicar seu direito a autodeterminação.

O movimento do Chaco boliviano, que reivindica seu direito de organizar um décimo Departamento (estado), encarna estas tendências centrífugas e elabora o direito a autodeterminação das nacionalidades e das regiões marginalizadas e exploradas tanto pelo Estado centralista opressor quanto pela classe dominante oriental (de Chuquisaca e Tarija).

Agora, quando o Chaco se converteu na região das riquezas petrolíferas do país, reivindica o legítimo direito de ad-

ministrar seus recursos naturais.

O curso e a natureza que tomará esse movimento dependerão de quem o dirija. Pode cair presa dos interesses da classe dominante regional (de Chuquisaca e Tarija) ou surgir como uma vigorosa rebelião libertadora se estiver dirigida pela política revolucionária do proletariado. Quanta falta faz o fortalecimento do partido revolucionário capaz de conduzir a rebelião dos povos do Sul até a real autodeterminação e para que seus riquíssimos recursos naturais beneficiem aos famintos e permitam um generoso desenvolvimento da região.

*Extraído de URMA nº. 138 (órgão da União Revolucionária dos Mestres (professores) da Bolívia)*

## Frustração dentro do M.A.S.

As organizações políticas que encarnam o lado conservador, ou seja, as expressões políticas que estão sob os interesses da burguesia, terminam mais cedo ou mais tarde na decomposição, expressão da caducidade da burguesia, do regime capitalista. Como ensina a ciência social, a burguesia, proprietária dos grandes meios de produção, é expressão do sistema que impera (e que caducou); o proletariado, que é o outro pólo, é expressão do novo que se gesta no ventre do velho.

Esta dinâmica, como manifestação das leis da história na base da atual sociedade, permite prever as possibilidades que os partidos têm (como manifestações superestruturais), de poderem ser revolucionários ou reacionários, coveiros ou mantenedores do sistema, conseqüentemente sua vitalidade ou caducidade. Aqui está a principal causa para compreender a acelerada decomposição do MAS como

partido centrista; cada passo que dão define mais com as posições conservadoras do regime caduco e devora em suas entranhas a ingenuidade de pessoas jovens que chocam instintivamente com essa política caduca (por ser de conteúdo burguês). Esse é o caso, por exemplo, da jovem de Santa Cruz, Andréa Gil. O MAS preferiu em Santa Cruz a Carlos Romero; um oportunista, ex-dirigente da FUL, aliado incondicional do movimentista Guido Capra, destruidor da UMSA, como Candidato para a Constituinte. Este senhor viveu especulando os últimos anos nos governos do MNR com sua ONG do "saneamento de terras" produto da lei INRA (de Reforma Agrária) que mercantilizou a terra.

A posição desse direitista neoliberal está à altura do que no MAS se chama "esquerda" e desnuda a posição de Linera. Adriana denunciou que Carlos Romero era o escolhido de Linera que, de outro lado,

tampouco é de estranhar, já que este "ex-guerrilheiro" constitui a ala mais oportunista e conservadora desse movimento.

O MAS é uma forma que a classe dominante encontrou para controlar a situação revolucionária configurada pela atitude das massas que já não querem a manutenção desse sistema.

"Para vencer esta resistência da classe dominante – diz Lenin –, só há um meio: encontrar na própria sociedade a nossa volta as forças que possam – por sua situação social – constituir a força capaz de varrer o velho e criar o novo, e educar e organizar essas forças para a luta". Esta força na Bolívia é a nação oprimida dirigida pela política da classe operária, cuja expressão consciente é o Partido Operário Revolucionário.

*(Extraído do "Masas" boliviano número: 1990 de 28/04/06)*